

Em defesa do Congresso

Os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados preparam um "pacote moralizador" cujo objetivo é melhorar o conceito do Poder Legislativo. "Somaremos esforços para recuperar o prestígio da Casa", afirmam os srs. José Sarney (PMDB-AP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). O propósito é tão nobre quanto oportuno. É indispensável, no entanto, que as medidas a adotar para extrair dele consequências práticas não sejam apenas adjetivas e incluam tanto as capazes de restaurar a imagem do Congresso do ponto de vista ético como as que garantem a eficiência de seu trabalho.

Ao longo de muitas legislaturas criaram-se privilégios de todo tipo para cobrir o exercício do mandato parlamentar com vantagens e facilidades aptas a desmerecer-ló aos olhos do povo. No Rio de Janeiro ninguém falaria em apartamento funcional para quem quer que chegasse lá, vindo de qualquer Estado, a fim de cumprir aquele mandato. Enquanto os gabinetes inchavam, começaram a ser distribuídas passagens aéreas, postando-se volumosa correspondência cuja selagem se pagava e se paga até hoje com verba oficial. Recorde-se que nos anos 40 a Câmara tinha cerca de 360 deputados e não mais de 360 funcionários... Nunca houve problema para a obtenção de quórum para votações. Com a inauguração de Brasília, tudo mudou; iniciou-se um *festival* fadado a impor uma gastança imoral, que parecia não ter fim previsível.

É a tal estado de coisas que cumpre pôr cobro — e sem demora. Elimine-se a *gazeta*, punindo os faltosos contumazes. Acelere-se o processo legislativo cujo primeiro obstáculo reside na obstrução da pauta de votações. A *ditadura* das lideranças tem de acabar. Criado para superar divergências centralizadas na falta de quórum, o colégio de líderes tornou-se mais prejudicial do que útil. Os líderes definem a pauta e, geralmente sem consultar a bancada, manifestam-se em plenário em nome dela. O consenso a que chegam sacrifica não raro o debate indispensável à dialética legislativa. Implante-se,

na Câmara, a informatização. Saneie-se a atuação da Comissão de Orçamento. Extinga-se o nepotismo, que assegura a contratação de parentes de senadores e deputados para ocuparem cargos de confiança. O Senado tem 5,4 mil funcionários, para um plenário de 81 cadeiras!

Era praxe, na Câmara, a concessão de vales, correspondentes a "antecipações" de vencimentos descontadas em parcelas e sem cobrança

de qualquer acréscimo. Isso já deixou de vigorar, por determinação do presidente Luís Eduardo Magalhães, que também proibiu o transporte, em viaturas da Casa, para o aeroporto. O deputado pela Bahia vai ainda colocar em discussão o Código de Ética Parlamentar, destinado a erradicar muitos dos males apontados.

O presidente do Senado fez saber que realizará sessões do Congresso de segunda a sexta-feira; e, se necessário, promoverá outras, de esforço concentrado, nos finais de semana. O objetivo é apressar a tramitação de emendas referentes à reforma da Constituição. Nesse sentido, os parlamentares poderão passar em Brasília todo este mês, limpando uma pauta congestionada por cerca de 100 vetos e 50 medidas provisórias. Dando o bom exemplo, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), assumindo a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, despachou todos os processos que encontrou — algumas centenas, entre os quais dois pedidos de licença para processar deputados, que se encontravam nas gavetas da Comissão há oito anos.

Sob o comando dos srs. Humberto Lucena e Inocêncio Oliveira, o Congresso andou para trás. Basta lembrar a liberalidade com que foi usada a gráfica do Senado e a estranha manobra de que resultou o arquivamento da CPI da Seca, que tinha número de assinaturas regimental para investigar o uso irregular de equipamento do Dnocs e nunca se instalou.

Moralidade e competência: eis o que se exige do Legislativo. Se o "pacote moralizador" o fizer caminhar nessa direção, terá prestado valiosa colaboração ao aperfeiçoamento do regime.

Senado e Câmara se beneficiarão de medidas que restauram a confiança nas instituições